



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

17/11/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Governo reduz mil normas trabalhistas a 15 e flexibiliza vale-alimentação

O governo federal anunciou nesta quinta-feira, em cerimônia no Palácio do Planalto, uma simplificação das normas trabalhistas. De acordo com o Executivo, mais de 1.000 decretos, portarias e instruções normativas trabalhistas foram reunidos em apenas 15 normas. Um decreto consolidando as alterações será publicado nesta quinta-feira no Diário Oficial da União (DOU). Uma das mudanças mais efetivas na vida do trabalhador será a flexibilização do uso do vale-alimentação.

O texto final das alterações ainda não foi publicado pelo governo. Mas, de acordo com o secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Previdência, Bruno Dalcolmo, a mudança no vale-alimentação possibilitará que os trabalhadores utilizem seus cartões em um número maiores de restaurantes:

— O vale é sempre uma decisão da empresa com o trabalhador. Então nada disso interfere. Mas alguns dispositivos serão alterados ao longo do tempo. Há um período de adaptação de 18 meses e, ao longo desse período, as empresas vão se adaptar a uma maior concorrência e uma necessidade de ofertar maiores opções de restaurantes para os trabalhadores — disse.

Na prática, o decreto tem por objetivo abrir o mercado das empresas de tíquete alimentação, considerado concentrado verticalizado. Segundo integrantes do governo, o segmento é dominado por apenas quatro grandes empresas e elas respondem por todo o processo, desde a assinatura do acordo. Costumam cobrar uma variedade de taxas, de fidelização, uso de sistema, maquininhas, uma das principais queixas de pequenos estabelecimentos. Com as mudanças, empresas de cartão, como Mastercard, Visa e iFood poderão fazer o credenciamento de estabelecimentos.

As empresas vinculadas ao PAT continuarão com os incentivos fiscais, mas terão que executar um programa nutricional para seus empregados. Serão fiscalizadas pelo Ministério do Trabalho, explicou um técnico do governo. O PAT determina que as empresas forneçam alimentação ao funcionário, via refeitório, restaurante interno ou com vales. Estes vales são fiscalizados e os funcionários, por exemplo, não podem usar estes recursos para pagar produtos em geral ou bebidas alcoólicas.

Outra medida do pacote diz respeito à obrigatoriedade do relógio de ponto nas empresas. Elas poderão optar por novas tecnologias, como reconhecimento facial, digital, celular, software especializados. Novos meios que deem segurança aos trabalhadores e empregadores serão aceitos. A mudança é opcional.

Segundo o Ministério do Trabalho e Previdência, as normas modificadas tratavam de assuntos como carteira de trabalho, aprendizagem profissional, gratificação de natalina, programa de alimentação do trabalhador, registro eletrônico de ponto e registro sindical e profissional.

— Ao analisar todos esses 1.000 atos, nós eliminamos tudo que era obsoleto, burocrático, desnecessário, exigências que não estavam previstas em lei. Eles foram simplificados, desburocratizados e, melhor ainda, eles foram todos modernizados — afirmou Dalcolmo.

De acordo com o ministério, essa foi a primeira vez que a legislação trabalhista infralegal — que não precisa de aprovação do Congresso — foi completamente revisada.

O decreto assinado também cria o Programa Permanente de Simplificação e Desburocratização Trabalhista, que fará com que as normas trabalhistas sejam revisadas a cada dois anos.

Presente na cerimônia, o presidente Jair Bolsonaro elogiou a desburocratização:

— Esse trabalho, desenvolvido pelo ministério do Onyx (Lorenzoni), junto com seus assessores, é muito bem-vindo. Dá continuidade aquilo que começamos a fazer em 2019, apontando para um Brasil melhor para o futuro.

Saiba mais em redação: <https://exame.com>, sábado 13 de novembro.

Medo de ficar sem teto na pandemia leva brasileiro a priorizar aluguel

Levantamento da empresa de recuperação de crédito Intervalor junto a consumidores em situação de inadimplência revela que, no caso de falta de dinheiro, a prioridade é pagar o aluguel (resposta de 31,5%). Na sequência, vêm as contas de consumo, como água e luz (26,4%) e a fatura do cartão de crédito (13,1%).

A pesquisa foi feita em setembro, com 365 entrevistados. A maior parte deles (60%) tem entre 30 e 49 anos, ensino médio completo (29%) ou graduação completa (27%), são empregados (36%) ou trabalham por conta própria, incluindo empresários (37%). Uma fatia de 18% estava desempregada.

"O cartão de crédito é importante, por ser usado como complemento do orçamento das famílias. Mas, em uma situação de falta de dinheiro, garantir a moradia e as condições básicas relacionadas ao morar, como água e luz, vêm primeiro", disse à Folha Phelipe Alvarez, vice-presidente da Intervalor.

Quando questionados sobre as situações inesperadas que bagunçaram o orçamento na pandemia, os consumidores voltaram a apontar a perda de emprego na família (situação de 25%), a ajuda financeira a um familiar ou amigo (20%), os gastos médicos (19%), a manutenção do veículo (18%), o conserto emergencial da casa (11%) e até gastos com o animal de estimação (7%).

"Neste cenário de inadimplência, importa para uma empresa como a nossa saber os motivos que levaram aquela pessoa a deixar de honrar seus compromissos e como ela pode recuperar o crédito novamente", diz Alvarez.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 17 de novembro.

Lira cobra mobilização do governo para votar a reforma administrativa neste ano

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que não vê mobilização nem do governo nem da sociedade para enfrentar o tema da reforma administrativa neste ano. Segundo ele, o texto está pronto para ir ao Plenário, mas o governo não demonstra interesse em votar a matéria. As afirmações foram feitas em entrevista nesta terça-feira (16) à CNN. Lira está em Lisboa participando do 9º Fórum Jurídico Brasileiro.

"O Congresso Nacional brasileiro foi o único do mundo que, no período de pandemia, votou matérias importantes. Há a necessidade de se completar o ciclo de reformas, como a administrativa e a tributária", disse ele.

Em seguida, por meio de suas redes sociais, Lira cobrou a votação da reforma tributária, que está no Senado. "Há a necessidade de se completar o ciclo de reformas, como a administrativa e a tributária. Estamos esperando os senadores avaliarem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110/19. Na Câmara, a criação do CBS [Contribuição sobre Bens e Serviços] ainda está sendo discutida pelo relator", destacou.

Lira também cobrou agilidade do Senado na votação da PEC dos Precatórios. Segundo ele, a proposta vai garantir a previsibilidade que o mercado espera para que o Auxílio Brasil chegue aos brasileiros que necessitam do benefício.

"Precisamos de pressa, porque mais de 20 milhões de pessoas passam fome", afirmou.

Questionado sobre a votação da proposta que altera a composição do Conselho do Ministério Público, rejeitada há 15 dias, Lira afirmou que o retorno da proposta à pauta vai depender de um acordo com os líderes. Segundo ele, é preciso punir os excessos de quem descumpre leis.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 17 de novembro.

Situação financeira piora, diz pesquisa PoderData

Segundo informa pesquisa PoderData, do portal Poder360º, mais da metade dos brasileiros, 51%, viu sua situação financeira piorar nos últimos seis meses. Os dados foram coletados com 2.500 pessoas em todo o País e foi divulgada neste final de semana.

Enquanto isso, 7% indicaram melhora nas condições econômicas e 38% informou que suas economias permanecem iguais. Além disso, em maio, o desemprego assombrava 14,6% da população. Hoje, a taxa é de 13,2%. Apesar disso, a massa salarial foi reduzida, enquanto a inflação disparou e acumula 10,67% nos últimos 12 meses.

O Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) fez levantamento nesta semana e apontou que o pagamento do 13º salário dos trabalhadores poderá injetar cerca de R\$ 233 bilhões na economia do País.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 17 de novembro.